

Série **Artigos**



# Ribeiro Júnior e a Revolta de 1924:

entre a memória do “Redentor do Amazonas” e a história de uma rebelião tenentista

DURANGO DUARTE



## **Ribeiro Júnior e a Revolta de 1924:**

entre a memória do “Redentor do Amazonas”  
e a história de uma rebelião tenentista

### **Introdução**

A Revolta de 23 de julho de 1924 ocupa lugar singular na história política do Amazonas. Para parte da memória popular, o movimento transformou o então tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior em um herói cívico, eternizado pela alcunha de “Redentor do Amazonas”. Para os historiadores, entretanto, o episódio deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo, marcado pela crise econômica regional, pelas disputas oligárquicas da Primeira República e pela influência do movimento tenentista que sacudia o país.

Quase um século depois, a trajetória de Ribeiro Júnior continua situada na fronteira entre a história e a memória. Enquanto seus admiradores celebram a coragem do militar que enfrentou um governo desacreditado, os estudos acadêmicos procuram compreender as condições políticas e sociais que permitiram a emergência de um movimento que, embora breve, deixou marcas profundas na vida amazonense.

## Perfil Biográfico

**Ribeiro Júnior:** O militar que se tornou símbolo político do Amazonas.

Alfredo Augusto Ribeiro Júnior nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 14 de maio de 1887. Seguindo a carreira militar, foi declarado 2.º Tenente do Exército em 1915, alcançando o posto de 1.º Tenente em 1920. Em março de 1924 foi transferido para o 27.º Batalhão de Caçadores (27.º BC), sediado em Manaus, onde sua trajetória se cruzaria definitivamente com a história política do Amazonas.

Poucos meses após sua chegada ao Estado, liderou o movimento revolucionário de 23 de julho de 1924, inspirado pelo ambiente de contestação política que caracterizou o tenentismo brasileiro. Com a deposição do governo estadual, assumiu a chefia do governo revolucionário amazonense, permanecendo no poder entre 26 de julho e 28 de agosto de 1924.

Durante o processo judicial instaurado após a derrota do movimento, Ribeiro Júnior assumiu integralmente a responsabilidade pela revolta, procurando isentar seus companheiros de armas e colaboradores civis. Julgado pela Justiça Militar, foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão.

Anistiado após a Revolução de 1930, retomou sua carreira pública e política. No mesmo ano foi promovido ao posto de Capitão e, em 1935, alcançou a patente de Major.

O reconhecimento popular conquistado durante os acontecimentos de 1924 contribuiu para sua eleição como Deputado Federal pelo Amazonas nas eleições de 1934, cargo a partir do qual continuou defendendo interesses do Estado na Câmara Federal.

Ribeiro Júnior faleceu em 29 de junho de 1938, aos 51 anos. Sua memória permaneceu fortemente associada à Revolta de 1924, episódio que o transformou em uma das figuras mais emblemáticas da história política amazonense, celebrada por seus admiradores como o “Redentor do Amazonas”.

## O Amazonas em crise

Quando Ribeiro Júnior chegou a Manaus, em março de 1924, o Amazonas atravessava uma das fases mais delicadas de sua história republicana. O ciclo da borracha, responsável pela prosperidade que transformara Manaus em símbolo da modernidade tropical nas décadas anteriores, já havia entrado em declínio irreversível.

A crise econômica repercutia diretamente sobre a administração pública. Os cofres estaduais encontravam-se combalidos, os salários do funcionalismo acumulavam atrasos e cresciam as denúncias de favorecimento político e nepotismo associadas ao grupo liderado por César do Rego Monteiro, então governador licenciado do Estado. Em seu lugar governava interinamente Turiano Meira, presidente da Assembleia Legislativa e seu genro.

A insatisfação não se limitava aos servidores públicos. Comerciantes, setores urbanos e grupos políticos excluídos do poder observavam com crescente inquietação a deterioração financeira do Estado. Esse ambiente de descontentamento criava terreno fértil para a contestação da ordem vigente.

## O impacto do tenentismo

A conjuntura amazonense coincidia com uma fase de intensa agitação política nacional. Desde a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, jovens oficiais do Exército passaram a desafiar as estruturas da Primeira República, denunciando fraudes eleitorais, corrupção administrativa e a concentração do poder nas oligarquias estaduais.

Em julho de 1924, uma nova rebelião militar eclodiu em São Paulo sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes. Embora os objetivos dos revoltosos paulistas fossem mais amplos e vinculados às reformas políticas nacionais, sua repercussão alcançou diversas regiões do país, inclusive o Amazonas.

Foi nesse contexto que, na noite de 23 de julho de 1924, oficiais do 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, depuseram o governo estadual e entregaram o comando do movimento ao primeiro-tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior. A adesão da guarnição militar encontrou receptividade entre setores da população urbana, que viam na rebelião uma oportunidade de interromper uma administração considerada responsável pelo agravamento da crise.

### **A experiência do governo revolucionário**

Instalado no poder, Ribeiro Júnior assumiu a chefia de um governo provisório militar que buscou legitimar-se por meio de medidas de forte impacto simbólico. A mais conhecida delas foi o chamado “Tributo da Redenção”, mecanismo que determinava a arrecadação de recursos junto a pessoas identificadas como beneficiárias do regime de depósito. O objetivo declarado era utilizar esses valores para quitar salários atrasados do funcionalismo público e amenizar a crise financeira do Estado.

Outra iniciativa importante consistiu na cobrança de dívidas atribuídas à empresa inglesa *Manaos Markets*, numa tentativa de recuperar receitas para os cofres estaduais. Tais medidas fortaleceram rapidamente a popularidade do novo governo entre servidores e segmentos urbanos atingidos pela crise.

Os jornais ligados ao movimento, especialmente o *Jornal do Povo* e posteriormente *A Liberdade*, desempenharam papel fundamental na construção da imagem pública do novo governante. A imprensa revolucionária apresentava Ribeiro Júnior como símbolo de moralização administrativa e renovação política.

### **Entre o mito e a história**

Foi justamente durante esses dias que começou a surgir a imagem de Ribeiro Júnior como “Redentor do Amazonas”. Os relatos

memorialísticos produzidos nas décadas posteriores enfatizaram o entusiasmo popular, os comícios multitudinários e a esperança depositada no jovem oficial.

Entretanto, interpretações historiográficas mais recentes procuram relativizar essa visão. Estudos conduzidos por pesquisadores como Eloína Monteiro dos Santos e Geraldo Sá Peixoto Pinheiro argumentam que o movimento não pode ser entendido apenas como uma revolução popular. Segundo esses autores, tratou-se fundamentalmente de uma rebelião militar apoiada por setores oligárquicos que se encontravam afastados do poder estadual.

Nessa perspectiva, o apoio recebido por Ribeiro Júnior resultava não apenas de seu carisma pessoal ou de suas medidas administrativas, mas também da convergência de interesses entre militares reformistas e grupos políticos adversários da família Rego Monteiro.

Essa leitura não diminui a importância histórica do personagem, mas permite compreender com maior profundidade as forças sociais e políticas que atuavam naquele momento.

### **A intervenção federal e o fim da experiência revolucionária**

O destino do governo revolucionário amazonense estava ligado ao desenrolar dos acontecimentos nacionais. À medida que as forças legalistas recuperavam o controle da situação em outras regiões do país, o governo federal decidiu reprimir os focos de rebelião remanescentes.

Em agosto de 1924 chegou a Manaus uma poderosa força militar comandada pelo general João de Deus Mena Barreto. Diante da superioridade das tropas federais, o movimento foi rapidamente desarticulado.

Ribeiro Júnior foi preso e enviado para o Sul do país, onde enfrentou processo militar. Diversos civis e militares ligados à revolta também foram encarcerados, enquanto outros perderam cargos e posições políticas. O governo estadual passou para controle federal até o encerramento do mandato em curso.

Apesar da derrota militar, a memória do movimento sobreviveu. Ao longo das décadas seguintes, Ribeiro Júnior foi anistiado, elegeu-se deputado federal pelo Amazonas em 1934 e manteve prestígio junto a parcelas significativas da sociedade amazonense.

## **Legado e permanência**

A Revolta de 1924 permanece como um dos episódios mais emblemáticos da história política do Amazonas. Sua importância não reside apenas nos acontecimentos militares ou administrativos daqueles poucos dias de governo, mas também na construção simbólica que se seguiu.

Monumentos, praças, homenagens públicas, livros de memórias e artigos comemorativos contribuíram para consolidar a figura de Ribeiro Júnior como personagem central da identidade política regional. Ao mesmo tempo, o trabalho dos historiadores permitiu ampliar a compreensão do episódio, inserindo-o nas complexas relações entre crise econômica, disputas oligárquicas e movimentos reformistas que caracterizaram os últimos anos da Primeira República.

Entre a memória afetiva dos que o celebraram como redentor e a análise crítica dos pesquisadores que buscam compreender sua época, Ribeiro Júnior continua a ocupar lugar de destaque na história amazonense. Sua trajetória revela como os acontecimentos políticos podem transcender os fatos imediatos e transformar-se em patrimônio duradouro da memória coletiva.

# Quadro Cronológico

<b>Amazonas em Revolta:</b>	Março a agosto de 1924.
<b>Primeiro semestre de 1924:</b>	A administração ligada à família Rego Monteiro enfrenta crescente desgaste. O funcionalismo público sofre com atrasos salariais, comerciantes reclamam da estagnação econômica e grupos políticos opositores intensificam críticas ao governo.
<b>5 de julho de 1924:</b>	Eclode em São Paulo a Revolução de 1924, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes e por jovens oficiais do Exército. O movimento integra o ciclo tenentista iniciado com a Revolta dos 18 do Forte, em 1922.
<b>23 de julho de 1924 :</b>	Às 19 horas, militares da Guarnição Federal em Manaus, apoiados por setores civis, depõem o governo estadual. O presidente da Assembleia Legislativa e governador em exercício, Turiano Meira, é afastado. Ribeiro Júnior assume a chefia do novo governo revolucionário.
<b>24 de julho de 1924:</b>	Circula a primeira edição do <i>Jornal do Povo</i> , órgão oficial do movimento, apresentando as justificativas da revolta e os atos do novo governo.
<b>Julho e agosto de 1924 :</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O governo revolucionário implementa medidas de forte impacto popular:</li> <li>• Criação do chamado <b>Tributo da Redenção</b>;</li> <li>• Cobrança de débitos de grandes empresas junto ao Estado;</li> <li>• Pagamento parcial de salários atrasados do funcionalismo;</li> <li>• Nomeação de novos dirigentes para áreas estratégicas da administração pública.</li> </ul>
<b>28 de julho de 1924 :</b>	Tropas revolucionárias seguem para o interior do Estado em operações militares relacionadas à consolidação do movimento.
<b>Agosto de 1924 :</b>	A popularidade de Ribeiro Júnior atinge seu auge. Comícios, manifestações públicas e intensa mobilização política marcam a vida da capital amazonense.
<b>28 de agosto de 1924:</b>	Chega a Manaus a expedição federal comandada pelo general João de Deus Mena Barreto, enviada pelo governo da União para restabelecer a autoridade federal.
<b>31 de agosto de 1924 :</b>	O governo revolucionário é encerrado. Ribeiro Júnior é preso e enviado para o Sul do país para responder perante a Justiça Militar. O Amazonas passa a ser administrado sob intervenção federal.

# Revolução ou Rebelião?

Poucos episódios da história amazonense produziram interpretações tão distintas quanto os acontecimentos de julho e agosto de 1924.

Durante décadas, a memória popular consagrou o movimento como a “**Revolução Redentora**”, expressão difundida pelos apoiadores de Ribeiro Júnior e amplamente reproduzida pela imprensa, por memorialistas e por familiares do líder revolucionário. Nessa narrativa, o jovem tenente teria libertado o Amazonas de um governo marcado pela corrupção, pelo nepotismo e pelo colapso financeiro, tornando-se o “Redentor do Amazonas”.

Essa memória coletiva enfatiza o apoio popular recebido pelo movimento, a criação do Tributo da Redenção, o pagamento dos salários atrasados dos servidores e a imagem de um governante honesto e moralizador. A própria permanência dessa lembrança pode ser observada nas homenagens posteriores, como a Praça Ribeiro Júnior e os numerosos artigos comemorativos publicados ao longo do século XX.

A historiografia acadêmica contemporânea, entretanto, propõe uma leitura mais complexa.

Pesquisadores como **Geraldo Sá Peixoto Pinheiro** e **Eloína Monteiro dos Santos** observam que o movimento possuía características típicas das rebeliões tenentistas da Primeira República: foi liderado por militares, articulado dentro da estrutura castrense e apoiado por setores oligárquicos que se encontravam afastados do poder estadual.

Segundo essa interpretação, embora tenha havido significativa simpatia popular, especialmente entre funcionários públicos e comerciantes prejudicados pela crise econômica, não se tratou de uma revolução social de massas. O movimento representou também uma disputa entre grupos políticos locais, na qual facções oposicionistas enxergaram nos tenentes uma oportunidade para enfraquecer a hegemonia dos Rego Monteiro.

Por essa razão, diversos historiadores preferem utilizar o termo “**rebelião de 1924**” ou “**levante tenentista do Amazonas**”, reservando a palavra “revolução” para um uso mais associado à memória política construída posteriormente.

Hoje, o consenso historiográfico não busca negar a importância histórica de Ribeiro Júnior, mas compreender simultaneamente duas dimensões do fenômeno: a do personagem histórico real e a do símbolo político que se tornou parte da identidade amazonense.

A coexistência dessas duas leituras — a memória do “Redentor” e a análise crítica da rebelião tenentista — constitui, justamente, um dos aspectos mais fascinantes da história política do Amazonas.

**Nota Iconográfica:** Em homenagem a Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, líder da Revolta de 1924 e figura central da memória política amazonense, a Prefeitura de Manaus inaugurou, em 23 de julho de 1955, a Praça Ribeiro Júnior, criada pela Lei Municipal nº 535, de 25 de junho daquele ano. No local foi instalado um busto escultórico do ex-governador revolucionário, idealizado por Arlindo Porto e executado pelo artista plástico Branco e Silva. O monumento permaneceu na praça até as reformas urbanas da década de 1970, sendo transferido em 1975 para a Praça da Saudade. Posteriormente, o busto desapareceu, permanecendo desconhecido até hoje o seu paradeiro, o que confere à obra uma dimensão simbólica adicional na construção e preservação da memória histórica de Ribeiro Júnior no Amazonas.



## Referências

### A Crítica

A CRÍTICA. Manaus, setembro e outubro de 1957.

Série  
**Artigos**

